

TECNOLOGIA E O DECLÍNIO DAS DEMOCRACIAS: COMO O PODER DIGITAL FACILITA O AUTORITARISMO

Technology and the Decline of Democracies: How Digital Power Facilitates Authoritarianism

Manoel Verissimo Ferreira Neto

DOI: <https://doi.org//10.62140/MNFN4002025>

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Metodologia; 3. Resultados e discussão; 4. Conceito de Democracia e Autoritarismo; 5. Tecnologias Digitais e Democracia: Uma Perspectiva Histórica; 6. Estudos de Casos de Desinformação em Eleições Recentes; 7. O Papel dos Algoritmos na Manipulação Eleitoral; 8. Estudos de Casos de Desinformação em Eleições Recentes; 8. A Perspectiva de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt: Como a Tecnologia Amplifica o Declínio das Democracias; 9. Conclusão; 10. Referências.

RESUMO

O trabalho intitulado "Tecnologia e o Declínio das Democracias: Como o Poder Digital Facilita o Autoritarismo" tem como objetivo geral analisar o impacto das tecnologias digitais no enfraquecimento das democracias e no crescimento do autoritarismo no cenário político contemporâneo. A pesquisa visa entender como o uso intensivo de redes sociais, algoritmos e outras ferramentas digitais altera a dinâmica democrática, fomentando a polarização política, a disseminação de desinformação e a manipulação eleitoral. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica, com análise de estudos publicados entre 2010 e 2024, utilizando bases acadêmicas como Google Acadêmico e Scielo. O foco da pesquisa é compreender o papel das tecnologias digitais na propagação de desinformação e no controle narrativo político. Os principais resultados indicam uma intensificação da polarização política e uma crescente fragmentação social, comprometendo seriamente o diálogo democrático e minando a confiança nas instituições. Além disso, o estudo destaca o uso dessas tecnologias para manipulação eleitoral, silenciamento de vozes dissidentes e legitimação de regimes autoritários. Conclui-se que as ferramentas digitais, inicialmente desenvolvidas para fortalecer a democracia, foram

instrumentalizadas para fragilizar seus pilares. Isso reforça a necessidade urgente de políticas públicas que regulamentem o uso dessas tecnologias, garantindo a proteção e o fortalecimento das democracias e evitando que sejam utilizadas como instrumentos de controle autoritário.

Palavra-Chave: Democracia digital; Redes Sociais; Política; Desinformação

ABSTRACT

The study entitled "Technology and the Decline of Democracies: How Digital Power Facilitates Authoritarianism" aims to analyze the impact of digital technologies on the weakening of democracies and the growth of authoritarianism in the contemporary political landscape. The research seeks to understand how the intensive use of social media, algorithms, and other digital tools alters the democratic dynamic, fostering political polarization, the spread of misinformation, and electoral manipulation. The adopted methodology consists of a literature review, analyzing studies published between 2010 and 2024, using academic databases such as Google Scholar and Scielo. The focus of the research is to understand the role of digital technologies in the propagation of misinformation and political narrative control. The main results indicate an intensification of political polarization and growing social fragmentation, seriously compromising democratic dialogue and undermining trust in institutions. Additionally, the study highlights the use of these technologies for electoral manipulation, silencing dissenting voices, and legitimizing authoritarian regimes. It concludes that digital tools, initially developed to strengthen democracy, have been instrumentalized to weaken its pillars. This reinforces the urgent need for public policies that regulate the use of these technologies, ensuring the protection and strengthening of democracies and preventing them from being used as instruments of authoritarian control.

Keywords: Digital democracy; Social Media; Politics; Disinformation

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Freitas (2022), o estudo sobre o declínio das democracias contemporâneas e o fortalecimento de tendências autoritárias vem ganhando relevância no debate acadêmico e social, principalmente no início do século XXI. Se por um lado a segunda metade do século XX foi marcada por ondas democráticas que consolidaram a democracia como forma de governo predominante, o século XXI trouxe uma desconexão evidente entre a expectativa de aprimoramento democrático e a realidade vivida. Nesse contexto, segundo Silva (2019), diversas democracias, em diferentes partes do mundo, estão enfrentando crises de confiança nas suas instituições políticas, como evidenciado por diversos índices e estudos de opinião

pública. A confiança institucional, que serve como pilar de sustentação das democracias, está em constante declínio, refletindo uma insatisfação crescente da população com os mecanismos democráticos e o papel das instituições públicas.

A introdução direta das tecnologias de informação abriu novas possibilidades democráticas, como participação e maior transparência (Santos, 2013). Contudo, Silva (2019) aponta que essas tecnologias também têm sido usadas para enfraquecer a democracia. As plataformas digitais, antes de vistas como fortalecedoras da cidadania, tornaram-se instrumentos de polarização, desinformação e manipulação pública. Esse parecer é global, como mostram estudos do World Values Survey, Pew Research Center e Latinobarômetro, que relatam declínio na confiança institucional e aumento do ceticismo em relação.

No Brasil, o legado da Ditadura Militar (1964-1985) e as crises econômicas, sociais e políticas enfraquecem a democracia, favorecendo líderes autoritários que manipulam o discurso digital. Em 2017, dados do Consórcio Latinobarômetro demonstraram que a confiança nas instituições brasileiras atingiu níveis historicamente baixos, refletindo um descontentamento com a democracia. Essa erosão democrática é gradual, impulsionada por crises conjunturais e estruturais, além do uso das tecnologias que, em vez de promoverem a inclusão, acabam centralizando o poder e fortalecendo o autoritarismo (SILVA, 2019).

Nesse sentido, segundo Santos (2013), o declínio democrático é gradual, marcado pelo enfraquecimento institucional e manipulação digital. Redes sociais e desinformação minam a confiança pública e justificam medidas autoritárias. A internet, antes um meio de democratização, tornou-se um canal para discursos de ódio e polarização. As ondas autoritárias atuais aumentam desconfiança e alienação, contrastando com a promoção de justiça das ondas democráticas passadas.

Ademais, na perspectiva de Freitas (2022), A introdução de tecnologias digitais no contexto político traz oportunidades e riscos. Embora possam fortalecer a democracia, também são usados para fins autoritários, silenciando dissidências e promovendo intolerância. O paradoxo da democracia — defendê-la por meio da crítica e melhoria — perde espaço diante do uso digital para radicalização.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o impacto das tecnologias digitais no processo de enfraquecimento das democracias e no avanço do autoritarismo no cenário político contemporâneo. A partir dessa análise, busca-se entender de que forma o uso de tecnologias, especialmente redes sociais e algoritmos, tem alterado a dinâmica das democracias, contribuindo para o fortalecimento de práticas autoritárias. Entre os objetivos específicos, o estudo pretende investigar como o uso das redes sociais e plataformas digitais tem fomentado a polarização política e a disseminação de desinformação, fragilizando o diálogo democrático. Além disso, será avaliado como a desinformação, amplificada por algoritmos que moldam o acesso à informação, compromete a integridade dos processos democráticos, incluindo eleições, e influencia negativamente a confiança nas instituições. Esses objetivos visam a aprofundar o entendimento sobre os mecanismos digitais que facilitam o declínio democrático e a ascensão de regimes autoritários, oferecendo uma perspectiva crítica sobre o papel da tecnologia nesse contexto.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo segue uma revisão bibliográfica, com o objetivo de explorar e sintetizar as principais contribuições acadêmicas relacionadas ao impacto das tecnologias digitais no declínio das democracias e no fortalecimento de regimes autoritários. Uma estratégia de pesquisa foi delineada para incluir uma vasta gama de fontes e dados, utilizando bases como Google Acadêmico e Scielo para garantir a relevância e a precisão dos resultados. Foram empregadas palavras-chave específicas para a construção do referencial teórico, como "Tecnologia e Democracia", "Autoritarismo Digital", "Desinformação Eleitoral" e "Manipulação por Algoritmos". A escolha desses termos visa capturar as publicações mais pertinentes e inovadoras no campo da tecnologia e da política.

Os critérios de inclusão e exclusão dos estudos selecionados focaram na contemporaneidade e na contribuição para a compreensão do tema. Foram considerados apenas estudos publicados entre 2010 e 2024, que estarão disponíveis

em português, inglês ou espanhol. As publicações foram extraídas de jornais revisados por pares, livros acadêmicos, relatórios e artigos de conferências de alto impacto, garantindo a qualidade e robustez das fontes utilizadas. Além disso, o processo de seleção deu prioridade às publicações que apresentassem uma conexão direta com o título e os objetivos da pesquisa. Trabalhos que não foram alinhados ao escopo do estudo foram excluídos.

A análise dos trabalhos selecionados ocorreu em três etapas principais. Primeiro, foi realizada uma leitura criteriosa dos títulos e resumos para uma triagem inicial. Em seguida, os textos completos dos artigos selecionados foram lidos, sempre considerando a relevância de suas descobertas para os objetivos deste estudo. Ademais, o rigor metodológico empreendido garantiu que as informações extraídas fossem pertinentes para sustentar a discussão sobre o papel das tecnologias digitais no declínio das democracias e no avanço do autoritarismo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4. Conceito de Democracia e Autoritarismo

Conforme Bôas (2013), democracia e autoritarismo são amplamente discutidos nas ciências políticas e direito. Aristóteles (2019) define democracia como participação ativa e liberdade dos cidadãos. Democracia envolve acesso igualitário ao poder, mas possui várias interpretações, tornando inviável uma definição única e definitiva.

A democracia promove igualdade de direitos e acesso ao poder, enquanto o autoritarismo exclui esses princípios, restringindo liberdades e marginalizando grupos. Silva (2021) aponta que regimes autoritários limitam a expressão e mobilização, consolidando um poder elitista. Fragoso (2011) aponta que, nesses sistemas, o poder é centralizado em uma única figura ou grupo, e a oposição política é suprimida. O pluralismo político é frequentemente uma simulação, com eleições e parlamentos funcionando de forma meramente cerimonial. Assim, o autoritarismo não apenas limita a participação política, mas silencia movimentos sociais e partidários, garantindo que o poder permaneça nas mãos de uma minoria.

Na história política do Brasil, a redemocratização pós-ditadura exemplifica a luta popular por inclusão. A Constituição de 1988 consolidou um sistema de governo que ampliou os direitos civis e políticos, fruto dessas lutas. Moisés (2010) observa que a democracia brasileira, consolidada em 1988, ainda é recente e frágil. A transição democrática foi marcada por tensões, e, atualmente, tecnologias digitais em uso inadequado podem fortalecer práticas autoritárias, ameaçando continuamente essa conquista.

De acordo com Bôas (2013), o poder digital pode fortalecer ou enfraquecer a democracia. Tecnologias de vigilância permitem a restrição de liberdades civis por governos autoritários. O autoritarismo digital usa ferramentas que deveriam promover inclusão democrática para controle e repressão, subvertendo a lógica da democracia como mecanismo equilibrado de governo. Ademais, segundo Rancière (apud Bôas, 2013), a relação entre democracia e autoritarismo digital levanta questões sobre a liberdade política na era digital. A tecnologia tornou-se um campo de confronto entre igualdade e controle. A regulamentação deve garantir transparência e liberdade, evitando o uso autoritário das ferramentas digitais.

5. Tecnologias Digitais e Democracia: Uma Perspectiva Histórica

Segundo Veloso (2019), o impacto das tecnologias digitais na democracia contemporânea é debatido intensamente. Após a Guerra Fria, o colapso democrático ocorre sutilmente, não pela força militar, mas pela manipulação de mecanismos democráticos. Governantes eleitos utilizam tecnologias digitais e controle ideológico, em vez de repressão, para fortalecer o autoritarismo. De acordo com o autor, as novas tecnologias de informação têm papel ambivalente na política. Promovem acesso à informação e debate público, dando voz a minorias historicamente excluídas. No entanto, seu potencial democratizador depende do uso: podem ampliar participação política ou manipular opinião pública, distorcer a verdade e controlar a narrativa política (VELOSO, 2019).

Além disso, com a digitalização, a Internet das Coisas transformou a interação humana, convertendo a vida em dados e criando vigilância constante. As fronteiras entre público e privado se tornaram tênues, alterando conceitos como privacidade. Mello (2023) aponta que, embora digitais, essas tecnologias facilitam controle e manipulação, promovendo autoritarismo no século XXI. Para o autor, as TICs fortalecem a democracia, promovendo acesso a informações e debates públicos, ampliando a liberdade de expressão e descentralizando o poder. Contudo, o uso inadequado e sem regulação pode transformar o espaço digital em terreno para desinformação e manipulação, enfraquecendo a democracia.

As tecnologias digitais ampliam o acesso à informação, mas também facilitam o controle autoritário se manipuladas. Sem regulamentação, podem disfarçar autoritarismo como democracia. A evolução tecnológica exige reflexão sobre seu impacto nas democracias, pois podem promover tanto liberdade quanto repressão. Mello (2023) afirma que tecnologias digitais impactam a democracia, mas não necessariamente reduzem desigualdades. Estudos que ignoram questões estruturais e quem se beneficia das inovações falham em entender o impacto real. É essencial um olhar crítico sobre a concentração de poder e desigualdades reforçadas.

De acordo com Baggio (2022), um exemplo clássico da interseção entre poder, elites e tecnologia pode ser observado ao longo da história política do Brasil. O país apresenta uma continuidade no poder de suas oligarquias, que remonta à transição do Império para a República, quando liberais e conservadores mantiveram uma aliança dominante. Esse cenário reflete uma estrutura de poder enraizada que atravessou séculos, incluindo o período da escravidão, que foi formalmente mantida até o final do século XIX, com o Brasil se tornando o último país da América Latina a abolir essa prática. Mesmo após a industrialização promovida nas décadas seguintes, elementos desse passado continuam a influenciar a sociedade brasileira, como demonstra o exemplo do trabalho doméstico, cuja regulamentação ocorreu apenas no século XXI, por meio da Emenda Constitucional nº 72 e da Lei Complementar nº 150. A permanência dessas estruturas históricas no Brasil revela a complexidade das desigualdades sociais e a resistência das elites em promover mudanças estruturais profundas.

Esse fenômeno histórico, que reflete a resistência à mudança social no Brasil, é bem ilustrado pelo processo de abolição da escravidão. Como aponta Baggio (2022), a abolição não foi um movimento conduzido pela coroa, mas sim resultado de longos processos de mobilização social e política. No entanto, ao ser cooptado pela narrativa do Império, o movimento abolicionista teve sua importância minimizada, enquanto se reforçava o mito fundacional de uma nação que "expurgou o africano" de sua história. Essa narrativa, em que a violência da escravidão é silenciada, reflete a capacidade das elites dominantes de controlar a memória histórica e as interpretações do passado, utilizando esses recursos para manter sua posição privilegiada. Esse mesmo mecanismo pode ser visto no uso das tecnologias digitais na contemporaneidade, quando o controle da informação e da narrativa digital pode ser utilizado para perpetuar desigualdades.

6. Estudos de Casos de Desinformação em Eleições Recentes

Segundo Veloso (2019), a desinformação eleitoral tem impacto global na integridade democrática. A eleição dos EUA em 2008 marcou um ponto de inflexão no uso de tecnologias digitais em campanhas. Barack Obama mobilizou eleitores e coordenou apoiadores via e-mails e redes sociais, criando um "exército digital" para responder rapidamente a ataques. Embora rudimentar, essa coordenação digital transformou as campanhas, influenciando outras ao explorar redes sociais e plataformas digitais como formas de mobilização eleitoral e resposta rápida a críticas.

No Brasil, o impacto das tecnologias digitais nas eleições também se tornou evidente, como observado na campanha municipal de 2016 no Rio de Janeiro. O candidato Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), utilizou-se das redes sociais, especialmente Facebook e Instagram, para contornar as limitações impostas pelo tempo reduzido de propaganda eleitoral nos meios de comunicação tradicionais, como televisão e rádio. Embora derrotado no segundo turno por Marcelo Crivella, o uso estratégico das mídias digitais permitiu que Freixo ampliasse seu alcance e mobilizasse uma base de apoio, revelando o poder da internet como ferramenta política. Este caso exemplifica como, mesmo sem os mesmos recursos

financeiros ou apoio midiático que outros candidatos, as redes sociais podem ser eficazes na disseminação de mensagens políticas e na organização de campanhas de baixo custo (VELOSO, 2019).

Conforme Kaufman (2020), a desinformação em eleições recentes é amplamente discutida, especialmente em sociedades conectadas digitalmente. Fake news influenciam eleitores e moldam o cenário político. No Brasil, em 2018, houve intensa guerra simbólica nas redes sociais, com notícias falsas alimentando polarização e antagonismo. A comunicação digital rápida permite que falsidades se espalhem mais rápido que correções, criando um ambiente político polarizado e guiado por crenças enganosas. Esse fenômeno reflete uma era de informações manipuladas.

As eleições presidenciais de 2016 nos EUA e de 2018 no Brasil seguiram estratégias semelhantes, com uso intenso das redes sociais para mobilizar eleitores e espalhar desinformação. A campanha de Trump foi marcada pelo envolvimento de agentes externos disseminando fake news. No Brasil, Bolsonaro usou o WhatsApp para enviar mensagens em massa, muitas vezes imprecisas. A capacidade das redes sociais de disseminar informações sem checagem tornou-se um terreno fértil para manipulação eleitoral (VELOSO, 2019).

Assim, os casos recentes de desinformação em eleições revelam um dilema central para as democracias contemporâneas: como equilibrar a liberdade de expressão nas redes sociais com a necessidade de proteger os processos eleitorais da manipulação e da desinformação? A crescente interconexão entre o ciberespaço e a democracia aponta para a necessidade de um novo arcabouço regulatório, que permita ao mesmo tempo proteger os direitos digitais e evitar o uso indevido das tecnologias para minar a integridade das eleições. Afinal, como observa Veloso (2019), o futuro da democracia está intrinsecamente ligado ao futuro da internet, e qualquer tentativa de fortalecer as instituições democráticas deve necessariamente incluir uma análise crítica do papel das tecnologias digitais no processo político.

Segundo Almeida (2023), as fake news desafiam os pilares democráticos, exacerbadas pela disseminação digital. A professora Claire Wardle classifica a

poluição informacional em três tipos: desinformação (manipulação intencional), informação incorreta (sem intenção de prejudicar) e má informação (dados verdadeiros causando dano). Esses tipos contribuem para a polarização e manipulam as atitudes políticas dos eleitores.

Um exemplo emblemático desse fenômeno ocorreu nas eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, que elegeram Donald Trump. A disseminação de fake news foi uma característica central dessa eleição, e o próprio Trump ajudou a popularizar o termo ao usá-lo para atacar jornalistas e reportagens desfavoráveis, como o caso do jornalista Jim Acosta, da CNN. O termo rapidamente ganhou tração na mídia global e foi amplamente utilizado como uma ferramenta retórica para deslegitimar críticas e controlar narrativas políticas. No Brasil, o fenômeno foi amplificado nas eleições presidenciais de 2018, quando o então candidato Jair Bolsonaro adotou a mesma tática, frequentemente utilizando o termo fake news para desacreditar reportagens que não eram favoráveis à sua campanha. A difusão desse termo não apenas distorceu a realidade, mas também serviu como uma estratégia política para criar desconfiança nos meios de comunicação tradicionais (ALMEIDA, 2023).

O impacto da desinformação durante as eleições de 2018 no Brasil foi notável, especialmente pelo uso de aplicativos de mensagens como o WhatsApp para espalhar informações manipuladas. A campanha de Jair Bolsonaro, assim como a de Trump, explorou as redes sociais e plataformas de comunicação instantânea para disseminar conteúdo que muitas vezes era falso ou distorcido. Essa estratégia contribuiu para intensificar a polarização política no país, ao passo que grande parte da sociedade se viu isolada em suas bolhas de informação, incapaz de interagir com opiniões divergentes. Como ressalta Almeida (2023), a propagação de fake news contribuiu para a fragmentação da sociedade em grupos antagônicos e rivais, promovendo uma atmosfera de guerra ideológica que dificulta o debate racional e equilibrado.

Ademais, o uso de fake news em eleições amplifica discursos de ódio e teorias da conspiração, enfraquecendo o debate democrático, como visto nos EUA e

Brasil. A desinformação gera desconfiança generalizada, dificultando a distinção entre fato e ficção e exacerbando a polarização. Estratégias contra desinformação são essenciais para garantir democracias transparentes e justas. (ALMEIDA, 2023).

7. O Papel dos Algoritmos na Manipulação Eleitoral

Veloso (2019) aponta que algoritmos têm papel central na manipulação eleitoral, coletando dados pessoais para influenciar opiniões. O escândalo Cambridge Analytica, em 2018, exemplificou isso, usando dados do Facebook para criar perfis psicológicos e manipular decisões eleitorais. Essa personalização, alimentada por algoritmos, reforça crenças existentes e limita o debate crítico, demonstrando como o microdirecionamento digital pode subverter o processo democrático.

Kaufman (2020) afirma que algoritmos criam "filtros personalizados", limitando o acesso a visões divergentes e reforçando a busca por conteúdos que confirmam crenças prévias. Esse fenômeno contribui para a polarização política, pois mantém os usuários em bolhas informacionais. A democracia, que depende do acesso a informações diversas, é comprometida quando plataformas digitais promovem um fluxo seletivo, focado em maximizar engajamento, em vez de fomentar um debate público equilibrado. Segundo o autor, algoritmos e fake news são fundamentais na manipulação eleitoral. A homofilia — preferência por informações que reforcem crenças pessoais — impulsiona fake news, que se espalham rapidamente devido ao apelo emocional. Algoritmos rastreiam preferências, alimentando vieses e catalisando fraquezas cognitivas humanas, favorecendo polarização e desinformação.

Segundo Kaufman (2020), ferramentas tecnológicas maximizam interação e retenção de usuários, visando lucro, sem compromisso político explícito. Contudo, essa aparente neutralidade oculta o poder dos algoritmos, que reforçam preferências políticas e criam ambientes polarizados, ao apresentar conteúdos personalizados para aumentar o engajamento nas plataformas digitais.

De acordo com Almeida (2023), a personalização de conteúdo cria bolhas informativas, reforçando crenças e limitando perspectivas. Isso amplifica fake news e

reduz a diversidade de ideias, dificultando o debate democrático. Algoritmos favorecem conteúdos polarizadores e sensacionalistas, intensificando a polarização ao agir como filtro e impedir a exposição a pontos de vista opostos.

Além disso, a eficácia dos algoritmos está intrinsecamente ligada ao volume de dados que eles processam. O conceito de Big Data, conforme explica Souza (2023), é fundamental para entender como os algoritmos se alimentam de grandes bases de dados para funcionar de maneira eficiente. Esses dados são compostos por informações pessoais, muitas vezes captadas sem o pleno conhecimento dos usuários, e são utilizados para identificar padrões e prever comportamentos. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) busca regulamentar essa coleta, garantindo que os dados sejam tratados de forma segura e responsável. No entanto, o volume e a velocidade de processamento dos dados que alimentam os algoritmos ainda representam um grande desafio, uma vez que permitem um nível sem precedentes de microdirecionamento, que pode ser utilizado para influenciar diretamente as decisões eleitorais.

Na perspectiva de Souza (2023), com a análise preditiva, os algoritmos são capazes de traçar perfis detalhados dos usuários, segmentando-os em grupos específicos com base em suas preferências políticas, padrões de comportamento e até mesmo emoções. A partir dessa segmentação, ocorre uma análise prescritiva, onde o algoritmo recomenda as melhores estratégias para alcançar determinados resultados – seja a venda de produtos, o aumento do engajamento ou, no contexto eleitoral, a promoção de candidatos ou ideologias específicas. Esse poder de influência, quando utilizado para fins eleitorais, coloca em risco a integridade do processo democrático, pois manipula de forma sutil as percepções e decisões dos eleitores, muitas vezes sem que estes tenham consciência do grau de manipulação a que estão sujeitos.

Souza (2023) relata que ainda que os algoritmos ofereçam benefícios, como o aprimoramento da eficiência na disseminação de informações e a personalização de experiências online, é essencial reconhecer os riscos que eles apresentam para o bem-estar social e para a democracia. O autor alerta que os algoritmos afetam nossa percepção da realidade, moldando comportamentos e decisões de maneira quase

invisível. O consumo de mídia, por exemplo, é profundamente influenciado por esses sistemas, que ajustam continuamente o que os usuários veem e ouvem com base em suas interações anteriores. Essa capacidade de "monitorar e prever" as necessidades e interesses dos indivíduos é ao mesmo tempo fascinante e perigosa, pois desloca o poder de decisão para as mãos das plataformas digitais, que controlam quais informações chegam a cada pessoa.

Diante desse cenário, o papel dos algoritmos na manipulação eleitoral é urgente para o futuro das democracias. Sua capacidade de influenciar massas por meio da personalização levanta preocupações sobre autonomia e transparência eleitoral. Regulamentação é essencial para garantir uso ético, evitando que a democracia seja moldada pela lógica dos algoritmos, priorizando lucro em detrimento do bem público (ALMEIDA, 2023).

8. A Perspectiva de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt: Como a Tecnologia Amplifica o Declínio das Democracias

De acordo com Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), em seu influente trabalho sobre o declínio das democracias, descrevem como a democracia moderna pode ser minada de dentro para fora, sem a necessidade de golpes militares ou ações abruptas. Ao contrário do que muitos imaginam, a democracia não necessariamente morre nas mãos de generais ou em cenários de ruptura institucional evidente. Pelo contrário, o processo de erosão democrática pode ser gradual e, muitas vezes, imperceptível. Para os autores, o declínio democrático se dá de maneira incremental, com líderes eleitos que, uma vez no poder, subvertem as mesmas regras que os levaram ao cargo. Essa subversão, embora menos dramática do que um golpe militar, é igualmente destrutiva e compromete os pilares do Estado Democrático de Direito.

Um dos principais "sinais de alerta" do autoritarismo, segundo os autores, é a exclusão ou o desrespeito às regras democráticas. Líderes autocráticos frequentemente começam atacando as normas e os valores democráticos, como a legitimidade de seus opositores e a liberdade de expressão. Isso pode ocorrer de forma sutil, com medidas que parecem legítimas ou justificadas por emergências

nacionais, como crises econômicas ou ameaças à segurança (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Segundo Souza (2023), a tecnologia, nesse contexto, amplifica essa dinâmica ao permitir que governos controlem a narrativa e manipulem a opinião pública de maneira mais eficaz. Por meio do uso de algoritmos, redes sociais e plataformas digitais, é possível não apenas controlar o fluxo de informação, mas também moldar percepções políticas, marginalizando opositores e minando a confiança nas instituições democráticas.

Uma das grandes ironias apontadas por Levitsky e Ziblatt (2018), é o fato de que as medidas antidemocráticas muitas vezes são justificadas como necessárias para proteger a própria democracia. Autocratas modernos utilizam crises, sejam elas econômicas, sanitárias ou de segurança, para implementar medidas que restringem liberdades civis, enfraquecem o Estado de Direito e concentram poder. Conforme aponta Cunha (2020), esse processo é facilitado pelo uso da tecnologia, que permite a vigilância em massa, a censura seletiva e a manipulação de dados. Em regimes autoritários modernos, a tecnologia se torna uma aliada estratégica para controlar o discurso público e silenciar a oposição sem recorrer à repressão física. Assim, a subversão das democracias é revestida de um verniz de legalidade, muitas vezes com o apoio de parlamentos e cortes de justiça, o que torna mais difícil para a população perceber o declínio das instituições.

A personalização de conteúdo digital intensifica a polarização política e enfraquece o debate democrático. Levitsky e Ziblatt afirmam que autocratas manipulam informações, criando bolhas informacionais que isolam indivíduos de visões contrárias. Isso facilita a disseminação de fake news, teorias da conspiração e discursos de ódio, enfraquecendo o julgamento crítico e favorecendo líderes autoritários (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018).

Ademais, a tecnologia digital amplifica tendências autocráticas, permitindo que líderes manipulem a percepção pública e mecanismos de controle. Ao controlar plataformas e manipular dados, criam uma ilusão de legitimidade, corroendo instituições democráticas gradualmente. Essa erosão é sutil, sem rupturas claras,

enquanto cidadãos, isolados em bolhas digitais, não percebem o colapso iminente da democracia (SOUZA, 2023).

9. CONCLUSÃO

O presente estudo "Tecnologia e o Declínio das Democracias" contribui para o debate acadêmico sobre o impacto das tecnologias digitais no enfraquecimento das democracias contemporâneas. A pesquisa, baseada em uma revisão bibliográfica, apresentada como as ferramentas digitais, que inicialmente foram desenvolvidas com o objetivo de promover a transparência e a participação democrática, foram amplamente utilizadas para minar essas mesmas democracias. Redes sociais e algoritmos, instrumentos poderosos de comunicação, tornaram-se meios de polarização política, desinformação e manipulação eleitoral, facilitando o fortalecimento de regimes autoritários. A metodologia, que abrange suas fontes entre 2010 e 2024, garantiu a atualidade e relevância dos dados analisados, oferecendo uma visão crítica e aprofundada sobre o papel das tecnologias no cenário político global.

Os objetivos do estudo foram extensos exercícios ao analisar o impacto das tecnologias digitais no declínio das democracias e no fortalecimento do autoritarismo. Os resultados destacaram como o uso de redes sociais e algoritmos tem intensificado a polarização política e a disseminação de desinformação, prejudicando a confiança pública nas instituições. Além disso, foi evidenciado o impacto direto dessas tecnologias nos processos eleitorais, onde as campanhas utilizam dados pessoais e estratégias de microdirecionamento para manipular o eleitorado de forma sutil e eficaz. As redes digitais que deveriam fortalecer o debate democrático têm sido cada vez mais usadas para promover práticas autoritárias, silenciar opositores e deslegitimar o processo democrático.

Entre os principais resultados obtidos, destacam-se a crescente polarização política, o aumento da propagação de desinformação e o impacto das tecnologias digitais na manipulação eleitoral. Esses fatores importantes para a crise de confiança nas instituições democráticas, exacerbando o enfraquecimento do diálogo público e a fragmentação social. O estudo também estabelece que regimes autoritários têm se

protegido dessas ferramentas digitais para consolidar seu poder, manipular narrativas políticas e suprimir dissidências. A confiança pública nas instituições tem sido minada, o que enfraquece as democracias e fortalece o avanço do autoritarismo, criando um cenário de desafio para a manutenção da democracia no século XXI.

As contribuições deste estudo são valiosas, pois oferecem uma análise crítica e atualizada sobre a interseção entre tecnologia digital e política. Ele amplia o entendimento sobre como as tecnologias, quando mal utilizadas, podem minar processos democráticos fundamentais, oferecendo uma base teórica sólida para futuras pesquisas no campo. Além disso, este trabalho fornece uma perspectiva clara sobre a relação entre a manipulação digital e o declínio das democracias, o que pode auxiliar na criação de políticas públicas e regulamentações mais eficazes para proteger os processos democráticos das influências negativas das tecnologias.

Entretanto, como em qualquer pesquisa, o estudo apresenta algumas limitações. A principal dificuldade encontrada foi a complexidade em medir o impacto direto de tecnologias específicas no comportamento político e social de diferentes países, dada a diversidade de contextos políticos e culturais. Além disso, a rápida evolução das tecnologias digitais e a constante inovação nas plataformas de redes sociais criam desafios para uma análise que se atualize constantemente. Futuros estudos poderão se beneficiar de uma análise mais empírica, envolvendo dados quantitativos sobre o impacto das campanhas digitais em eleições, bem como uma abordagem comparativa entre diferentes sistemas políticos ao redor do mundo.

Para futuras pesquisas, seria interessante explorar o desenvolvimento de estratégias para mitigar os efeitos negativos das tecnologias digitais sobre as democracias, com foco em como globais o uso de algoritmos e plataformas digitais de forma a proteger o debate democrático. Além disso, estudos que analisam o impacto das notícias falsas e a manipulação digital em processos eleitorais específicos, como eleições presidenciais ou plebiscitos, poderiam trazer insights importantes. Outro campo promissor seria o estudo de como iniciativas públicas de alfabetização digital e políticas podem ser inovadoras para combater a desinformação e fortalecer a confiança nas instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dayane Maia de. Desinformação eleitoral na era digital: um olhar sobre a manipulação de dados e estratégias abusivas. 2023.

ARISTÓTELES. Política. 1. ed. Trad. Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2019.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Democracia e autoritarismo: armadilhas do processo constituinte brasileiro. Revista de Investigações Constitucionais, v. 9, p. 451-476, 2022.

BÔAS FILHO, Orlando Villas. Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 108, p. 651-696, 2013.

CUNHA FILHO, Clayton M. Resenha: Como as democracias morrem. Conexão Política, v. 9, n. 1, p. 237-242, 2020.

FRAGOSO, Christiano Falk et al. Autoritarismo e sistema penal. 2011.

FREITAS, Luiz Otávio Rezende de. Mídias sociais, internet, companhias tecnológicas e a disrupção silenciosa da democracia. 2021. 31 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022.

KAUFMAN, Dora; SANTAELLA, Lucia. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. Revista Famecos, v. 27, n. 1, p. e34074-e34074, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. 2018.

MELLO, Breno César de Souza. Autoritarismo digital ou ciberdemocracia? A influência das novas tecnologias sobre as crises democráticas atuais. Revista Vianna Sapiens, v. 14, n. 1, p. 30-30, 2023.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. Opinião Pública, v. 16, p. 269-309, 2010.

SANTOS, José Carlos Sales. Informação, democracia digital e participação política: uma breve revisão teórico-analítica. Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, v. 19, n. 2, p. 196-216, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php>. Acesso em: [12 de set.].

SILVA, Fábio Hoffman Maciel. Declínio da confiança nas instituições políticas: o desafio da democracia brasileira (1995–2017). 2019. Dissertação (Mestrado).

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. Revista Katálysis, v. 24, p. 119-126, 2021.

SOUZA, Rodrigo Castaldelli de. A influência dos algoritmos na polarização do debate político, o papel das redes sociais, do STF e do TSE para a proteção da democracia. 2023.

VELOSO, Regina Coeli Soares Oliveira. Autoritarismo digital: a influência do controle de dados pessoais na democracia digital e na concretização dos direitos fundamentais. 2019.